



# Info MPMIS

Informativo da micro, pequena e média indústria

---

*Edição 13 - Junho de 2014*

**FIESP**

DEPARTAMENTO DA MICRO,  
PEQUENA E MÉDIA INDÚSTRIA

PODEMOS LEVAR A TAÇA  
NO CAMPO DE FUTEBOL,  
MAS NO CAMPO ECONÔMICO  
PERDEMOS FEIO COM AS  
REFORMAS DE ESCANTEIO

04

INFOLEGISLATIVAS

06

INFOCRÉDITO

10

SUMM

INFOINDÚSTRIA 16

INFONOTÍCIAS 24

CALENDÁRIO 28

ÁRPIO

# PODERÍAMOS LEVAR A TAÇA NO CAMPO DE FUTEBOL, MAS NO CAMPO ECONÔMICO PERDEMOS FEIO COM AS REFORMAS DE ESCANTEIO

**Por:** Marco A. dos Reis, Diretor Titular Adjunto Departamento da Micro, Pequena e Média Indústria (Dempi-Fiesp)

---

Vencemos o Chile nos pênaltis, mas perdemos feio na carga tributária: 2 x 0 – duas vezes menor que a nossa. Na burocracia, para arrecadar tributos, somos nove vezes pior: 9 x 0. Nossa taxa de juros é duas vezes mais cara: 2 x 0. O produto interno bruto (PIB) anual do Chile cresce duas vezes mais que o nosso. A renda per capita anual é duas vezes a do Brasil: 2 x 0. Ainda devolvem à sociedade melhores serviços: educação, saúde, segurança, moradia, transporte.

Até para a Colômbia, que tem problemas gravíssimos referentes à segurança e às drogas, perdemos no campo econômico. Sua taxa de juros é de 4%, a inflação é de 3% e a carga tributária é de 23% – 2 x 0 também para a Colômbia.

Precisamos de melhores jogadores no campo econômico: melhores dirigentes, líderes verdadeiros que coloquem o Brasil no lugar em que deveria estar. Precisamos aumentar a arrecadação com crescimento econômico e desenvolvimento sustentável, e não com aumento de tributos, muito menos advindo do consumo, que hoje corresponde a 70% da arrecadação – imposto que penaliza os menos favorecidos e os assalariados.

País rico e povo pobre é resultado da má gestão dos governantes e administradores.

São necessárias e urgentes a mudança e a renovação do Estado Brasileiro para colocar o país no rumo das verdadeiras vitórias. É preciso também reduzir a burocracia deste sistema tributário complexo, que inibe o crescimento das empresas com produção local. Hoje é mais barato e mais fácil produzir na Alemanha e nos Estados Unidos – sem falar na China –, que se preocupam com a produção de suas indústrias e as estimulam.

No Brasil, a participação da indústria chegou a 27% e agora está em 13%. Voltamos aos níveis dos anos 1950, antes da era Juscelino Kubitschek, marcada pela industrialização do país. Uma proposta para reduzir toda essa complexidade seria adotar o Simples Nacional para todos, com uma tabela de escalonamento como sistema único de tributação para empresas de todos os portes, calculado sobre o valor agregado e não sobre o faturamento, que seria o mais justo. Desta forma, cresceria a arrecadação; assim, as empresas seriam estimuladas a exigir e emitir nota fiscal eletrônica (NFe) na compra e na venda, além de incentivar o emprego formal, com registro dos funcionários. Isso permitiria que as empresas se tornassem mais dedicadas à contabilidade gerencial e ao aperfeiçoamento de sua gestão.



---

Hoje temos três sistemas de tributação: Lucro Real, Lucro Presumido e Simples Nacional, além da Substituição Tributária, que complica ainda mais a vida das empresas, e onera e penaliza justamente o setor industrial.

Se são impostos o Sped Fiscal e o E-social para controlar compras, vendas, salários e encargos, deveria haver, em troca, menos burocracia e menos obrigações fiscais. O objetivo de controlar o contribuinte empregador deve existir para racionalizar e não para penalizar.

As manifestações populares ocorridas este ano, inclusive contra a Copa do Mundo, paixão nacional, demonstraram a urgência e as prioridades do nosso povo. A ideia de que, recentemente, muitos emergiram de classes menos favorecidas para uma “nova classe média” é errônea. Mas, na verdade, o que as difere é que essa nova classe média tem que pagar educação e saúde – ou seja, escolas particulares, médicos e hospitais ou planos de saúde.

Nosso país é o último colocado no ranking mundial em arrecadação de tributos versus retorno de serviços sociais. O Brasil arrecada como 1o mundo, e retorna serviços de 3o.

Dos países classificados para as próximas fases do Mundial de Futebol, nenhum tem nossas riquezas: terra arável para o agronegócio, água, solo rico e energias solar, eólica e hídrica. Ainda assim, estamos aquém de todos eles em taxa de juros, câmbio, infraestrutura, carga tributária, serviço social, corrupção, burocracia. Ocupamos o 116o lugar como ambiente de negócios no Doing Business. No Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) também estamos atrás de todos os países finalistas da Copa.

É uma vergonha para nós, brasileiros, não termos competitividade e produtividade. Enquanto vários países, como a Alemanha e os Estados Unidos, estão preocupados se reindustrializando e incentivando as empresas a produzir localmente, o Brasil continua a produzir na Ásia. Omite-se e recusa-se a enxergar a necessidade de recuperar sua indústria, que vem sendo sucateada há anos. Nossos industriais são verdadeiros heróis sobreviventes. Mas a esperança jamais será perdida. Vamos continuar a jogar o jogo até a vitória, com novos líderes, com uma sociedade mais amadurecida e participativa, que saberá escolher seus dirigentes nas próximas eleições.



A close-up photograph of a person's hands in a dark suit jacket and light blue shirt, resting on an open book. The person is looking down at the text. The background is blurred, showing another person's head and shoulders. A semi-transparent white triangle is overlaid on the left side of the image, containing the text 'INFO' and 'LEGISLATIVAS'.

INFO

# LEGISLATIVAS

---

---

## **Prazo para implantação do eSocial será contado apenas após publicação da versão definitiva do manual de orientação**

O Comitê Gestor do eSocial informa que o prazo para implantação do eSocial será contado apenas após publicação da versão definitiva do manual de orientação. A publicação desse pacote completo de informações é fundamental para o início do processo de adaptação das empresas ao projeto. Seis meses após a divulgação desse manual, as empresas começarão a inserir os eventos iniciais em um ambiente de testes. E, após mais seis meses de testes, entrará em vigor a obrigatoriedade para o primeiro grupo de empregadores, formado por empresas grandes e médias (com faturamento anual superior à R\$ 3,6 milhões no ano de 2014). O cronograma de ingresso no sistema para as MPEs está sendo elaborado em conjunto com as entidades representativas desses segmentos. O Comitê Gestor do eSocial, composto por representantes do Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Previdência Social, INSS, Caixa Econômica Federal e Receita Federal, está em contínua interlocução com os diversos grupos de empregadores. As equipes dessas instituições estão sendo capacitadas para prestar suporte regional e local aos usuários do sistema. Além disso, estarão disponíveis em breve para consulta no Portal do eSocial (<http://www.esocial.gov.br/>) vídeos de orientação, guias de “Perguntas e Respostas” e um novo manual de orientação mais claro e explicativo.

Receita Federal – 22/05/2014

# INFO LEGISLATIVAS

---

## Secretaria recorre a institutos de ensino para mudar o Simples

A Secretaria da Micro e Pequena Empresa vai encomendar um estudo a quatro instituições de ensino e pesquisa para propor reformas no Simples Nacional, regime de tributação simplificado para as micro e pequenas empresas.

Entre os pontos que devem ser analisados por especialistas da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), da Fundação Getúlio Vargas, do Insper e da Fundação Dom Cabral estão a elaboração de novas tabelas de tributação para as empresas do Simples e uma análise dos impactos na arrecadação gerados por elas.

O principal objetivo da medida, segundo o ministro Guilherme Afif Domingos, é ter um argumento para mostrar à Receita Federal que é possível diminuir impostos das micro e pequenas empresas sem ter como consequência a perda de arrecadação. Segundo ele, foi o receio de prejuízos ao orçamento da União que levou à criação de uma sexta tabela de tributação, incluída em projeto de lei que prevê a universalização do Simples.

A proposta foi aprovada na Câmara no mês passado e pode ser votada pelo Senado nesta semana. A nova tabela tem alíquotas que variam entre 16,93% e 22,45% do faturamento da companhia. Hoje, o máximo cobrado é de 17,42%.

Na prática, a tabela reduziu as vantagens tributárias da universalização do Simples.

Mesmo com as alíquotas pouco favoráveis, o ministro diz que o projeto aprovado na Câmara traz como benefício a garantia de uma simplificação burocrática, com a redução do número de declarações a serem enviadas por essas empresas que agora podem entrar no Simples. “A nossa tese é que, quando todos pagam menos, o governo recebe mais. Queremos ter um estudo para embasar essa tese, senão eles [a Receita] podem dizer que vão perder arrecadação.”

Os estudos das quatro instituições deverão ser iniciados separadamente para, a seguir, dar origem a uma proposta única. O documento final com as propostas deve ser entregue em um prazo de 90 dias após a sanção do projeto de lei. Outra medida que deve ser analisada no estudo é a criação de um método para reajuste periódico do teto para que as empresas se enquadrem no Simples (atualmente de até R\$ 3,6 milhões ao ano). E também um sistema para tornar a saída do Simples menos brusca em termos de aumento de impostos e obrigações acessórias.

Folha de São Paulo – 09/06/2014





INFO  
**CRÉDITO**

---

## Bancos aceleram repasses do BNDES

Os bancos – em especial os privados – têm aumentado o interesse por repasses de recursos do BNDES. Embora considerem baixo o spread dessas operações, as instituições financeiras precisaram se curvar à forte demanda das empresas pelas linhas, que chegam a ter taxas de juros reais negativas para os tomadores. Ao mesmo tempo, a inadimplência nessa modalidade fica abaixo da observada nos demais empréstimos corporativos. No repasse, também chamado de operação indireta, o banco usa o dinheiro do BNDES para emprestar, mas assume o risco de crédito.

Em março de 2014, o estoque de repasses de recursos do BNDES para pessoas jurídicas estava em R\$ 241,4 bilhões, com avanço de 17,8% em 12 meses. Na média do sistema de crédito como um todo, os empréstimos para empresas subiram 11,9%, na mesma comparação. O que chama a atenção é que, pouco mais de um ano atrás, em janeiro de 2013, a linha de repasses avançava em ritmo mais brando, de 11% no acumulado em 12 meses.

Os repasses voltaram a crescer depois de os bancos conseguirem superar alguns dos temores que travavam sua atuação nessa modalidade. As instituições financeiras argumentavam que os spreads - tabelados pelo BNDES - não seriam suficientes para cobrir o risco de calote das empresas, que aumenta conforme a economia vai mal. De 2012 para cá, porém, a inadimplência da pessoa jurídica teve leve queda, saindo de 2,16% em março daquele ano para 1,88%, ao passo que não houve mudança nos spreads pagos pelo BNDES.

“Houve sim uma preocupação com spread, mas ela foi superada. Os volumes de desembolso foram muito grandes e essa escala ajudou o resultado da operação a ficar positivo”, afirma José Ramos Rocha, diretor do departamento de empréstimos e financiamentos do Bradesco. “A inadimplência dos desembolsos do BNDES costuma ficar abaixo da média das carteiras de pessoa jurídica”. No banco, a inadimplência de pequenas e médias empresas fechou o primeiro trimestre em 4,2%. Os desembolsos de repasses do BNDES cresceram 42% em 2013 no banco, na comparação com igual período de 2012, puxados pelo agronegócio.

Dados do BNDES mostram que foram desembolsados, ao todo, cerca de R\$ 116 bilhões em operações indiretas no ano passado, com crescimento de 38%.

Para Rocha, houve uma antecipação na tomada das linhas pelas empresas no fim do ano passado, com a expectativa de aumento das taxas do programa. Com isso, os volumes ficaram menores nos primeiros meses deste ano, mas a tendência é que a linha seja um dos destaques de 2014 no crédito.

O carro-chefe do avanço dos repasses foi o Programa de Sustentação de Investimentos (PSI), linha criada na crise de 2009 e que segue em vigor até hoje. Voltada para máquinas e equipamentos, a linha tem avançado especialmente no setor agrícola. Atualmente, para bens de capital, as taxas de juros do programa são de 6% ao ano para grandes empresas e de 4,5% ao ano para as pequenas e médias. “Para este ano, o PSI ainda deve ter importância grande, mas ainda é cedo para saber se a performance será similar”, afirmou o BNDES em nota.

Por Felipe Marques | De São Paulo  
Valor Econômico – 29/05/2014

## Banco privado retoma apetite por linhas do BNDES

Foi entre os bancos privados que os repasses do BNDES ganharam mais velocidade no último ano. Ainda que o spread tenha se mantido o mesmo no período, não houve como ignorar a forte demanda das empresas pelas linhas do banco de fomento. Em especial em um momento que as demais modalidades de crédito corporativo têm crescido de forma tímida, influenciadas pela falta de confiança na economia. Os empréstimos com recursos livres, que incluem modalidades tradicionais como capital de giro, ACC e conta garantida, crescem a uma taxa de 5,9% no acumulado em 12 meses encerrados em março. Longe, portanto, da velocidade com que avança o repasse do BNDES (17,8%).

“Se eu não fizer a operação de BNDES da empresa, um outro banco faz. Aí corro o risco de perder o cliente como um todo”, afirma o executivo de um banco estrangeiro responsável pela área. Isso ajuda a explicar o porquê do maior apetite dos privados pela linha. Dados do Banco Central (BC) mostram que, em janeiro de 2013, o crescimento anualizado dos repasses de bancos privados estava em 1,1%. Em dezembro, havia saltado para 13,8%. Em novembro de 2012, essas operações recuaram 4,2%. Na outra ponta, os bancos públicos, embora ainda cresçam a altas taxas, perderam velocidade. Em dezembro de 2013, o crescimento anual dos repasses nas instituições financeiras de controle do governo chegou a 31,2%, depois de cravar 38% em julho do mesmo ano.

“Se eu avalio o repasse de forma isolada, uma operação de até sete anos de prazo com um spread de 1,5% não é a melhor remuneração para o capital do banco. Só que essa é uma operação que tem que ser olhada em um contexto mais amplo, do relacionamento com o cliente”, afirma Carlos Leibowicz, diretor do segmento de médias empresas do HSBC. O executivo diz que o banco tem buscado ampliar o número de operações de repasse como forma de fidelizar as companhias do portfólio.

O maior apetite por repasses também tem relação com o processo de melhora da qualidade das carteiras das instituições financeiras. “As linhas de financiamento de caminhões e máquinas acabam sendo uma boa alternativa

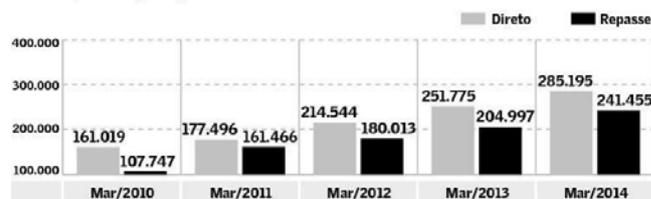
em termos de garantia e segurança da operação”, afirma o diretor de relações com investidores do Banco Daycoval, Ricardo Gelbaum. O ritmo de crescimento do crédito concedido diretamente pelo BNDES tem diminuído quase na mesma proporção em que cresceram os repasses. Em janeiro do ano passado, o estoque de crédito concedido diretamente pelo banco de fomento crescia a uma taxa de 19,2% ao ano. Em março deste ano, o avanço foi de 13,3%, para R\$ 285,2 bilhões. A expectativa de que o ano traga desembolsos para projetos de infraestrutura deve ajudar a recuperar o volume de operações diretas, uma vez que o BNDES não costuma repassar tais operações. Segundo o executivo de um grande banco, o BNDES tem dado preferência neste ano a projetos de prazos maiores, entre 10 a 12 anos. E, embora faça os desembolsos de forma direta, tem incluído as demais instituições financeiras na operação via concessão de avais ou de operações sindicalizadas. O próprio BNDES corrobora a expectativa de crescimento “significativo” dos desembolsos em infraestrutura, afirmou o banco em nota. “Mesmo com esta alta [dos desembolsos de infraestrutura], também há espaço para que outros bancos atuem junto com o BNDES nos projetos de maior porte, seja compartilhando parte do risco dos projetos, seja como cofinanciadores.”

Por Felipe Marques | De São Paulo  
Valor Econômico – 29/05/2014

### Passe ou Repasse

Repasses do BNDES para bancos ganham velocidade

■ Estoque de operações (em R\$ milhões)



---

## MPEs impulsionam crédito

Desembolso para capital de giro em 2013 foi o maior desde 2007, segundo o BC; companhias pequenas respondem por 60% dos contratantes

As MPEs estão recorrendo mais ao crédito para capital de giro para expandir as operações e quitar dívidas. Segundo o Banco Central (BC), em dezembro de 2013, o total emprestado em capital de giro era de R\$ 388 bilhões, sendo que cerca de 60% dos contratantes foram MPEs. No mesmo mês de 2012, o valor era de R\$ 366,4 bilhões. O valor no ano passado foi o maior da série histórica do BC, iniciada em 2007. Com a maior demanda das empresas, os bancos estão ampliando as linhas de crédito para MPEs e oferecendo taxas de juros mais atrativas, quando comparadas às oferecidas a grandes companhias.

O Santander, por exemplo, liberou R\$ 2 bilhões em capital de giro para MPEs no fim do ano passado. Na avaliação de Jesús Zabalza, presidente do banco no Brasil, o incentivo à expansão as MPEs é fundamental para o crescimento do País. “Vamos investir de maneira constante no segmento”, reforça ele.

No mesmo caminho, o HSBC planeja aumentar em 12% a carteira de MPEs neste ano e passou a segmentar pacotes. Há opções de capital de giro para franquias e operações internacionais, por exemplo. “As MPEs são estratégicas no Brasil e estão no nosso foco. O ideal é sempre conversar com o gerente para avaliar as linhas mais acessíveis porque nem sempre o capital de giro é o mais adequado”, aconselha Marcelo Aleixo, superintendente-executivo de pequenas e médias empresas do HSBC.

As MPEs representam 90% da carteira de PJs da CEF. Em 2013, o banco ofereceu 50% a mais de crédito a essas companhias em relação a 2012 — um total de R\$ 15 bilhões em crédito. “Para 2014, estão sendo realizadas ações para fomentar a continuidade deste crescimento, bem como garantir a qualidade do atendimento”, destaca Regina de Melo, superintendente nacional de estratégia e MPEs.

O BNDES prevê a liberação de R\$ 3 bilhões para capital de giro para micro, pequenas e médias empresas em 2014 por meio do Programa BNDES de Apoio ao Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda (Progeren). Além desse valor, R\$ 2 bilhões serão destinados a grandes companhias.

Só nos quatro primeiros meses deste ano, as micro, pequenas e médias empresas desembolsaram R\$ 775 milhões em capital de giro pelo BNDES. Em 2012, o montante era de R\$ 3,6 bilhões no mesmo período, incluindo aportes para grandes empresas. Até abril deste ano, o BNDES utilizou a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) no Progeren, taxa inferior à Selic cobrada no aporte a grandes companhias. Enquanto a TJLP ficou em 0,4167% em abril, a taxa básica esteve em 0,82% no mesmo mês.

Segundo Reinaldo Domingos, educador financeiro e autor do livro “Papo Empreendedor” (Editora DSOP), o crédito para capital de giro deve ser evitado ao máximo, como qualquer tipo de empréstimo, por conta da alta taxa de juros. “Se a empresa não tem dinheiro para se manter ou expandir, é sinal de que o empreendedor precisa repensar o seu negócio” (Reinaldo Domingos, educador financeiro)

Alguns bancos, como o BNDES, por exemplo, utilizam a taxa Selic (a taxa básica de juros), que teve sua 9ª alta consecutiva em abril e atualmente está em 11% ao ano. Conseguir crédito também não é fácil. Há empresas que têm o empréstimo negado por conta do maior cuidado dos bancos em relação à inadimplência, alerta Domingos.

Segundo a Serasa Experian, a inadimplência de pessoas jurídicas subiu 2,5% em 2013. Apesar da alta, esse foi o melhor resultado dos últimos dois anos. Em 2012, o levantamento indicou avanço de 10,4% da inadimplência e, em 2011, de 19%.

Por Patrícia Basilio | De São Paulo  
iG – 12/05/2014

## Responsabilidade ambiental do financiador

Ao poluidor direto ou indireto é imputada a responsabilidade pela reparação dos danos causados ao ambiente

A responsabilidade civil ambiental foi adquirindo importância crescente ao longo dos anos, pautada no desenvolvimento da consciência sobre a necessidade de preservação do meio ambiente pela sociedade e pelos Estados, por meio da criação de tutelase políticas específicas e adequadas. O tema da responsabilidade ambiental dos financiadores ganhou importância no cenário nacional e internacional. Neste sentido, recentemente no Brasil, foi publicada a Resolução Bacen nº 4.327/14 que dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental pelas Instituições Financeiras (PRSA) e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central. No âmbito internacional, a jurisprudência norte-americana se posicionou de forma que a responsabilidade ambiental “strictly, joint and severally”, ou seja, a responsabilidade objetiva e solidária não se aplicava às instituições financeiras. Entretanto, a sociedade, não satisfeita, promoveu por meio de ONGs, fortes movimentos ambientalistas contra os bancos, motivada pela necessidade de preservação e manutenção do equilíbrio do bem ecológico por toda a coletividade. Desta forma, as instituições internacionais começaram a sentir os impactos dos movimentos das ONGs contra financiamentos de projetos poluidores e perceberam a necessidade de criar maior conscientização e políticas ambientais satisfatórias dentro das grandes corporações. O Banco Mundial e o International Finance Corporation (IFC) tomaram então a iniciativa de criar, juntamente com as maiores instituições financeiras do mundo, um padrão

internacional para tratamento dos riscos e danos causados ao meio ambiente no financiamento de projetos, o que deu origem aos Princípios do Equador em 2003, a partir do qual as empresas interessadas em obter recursos no mercado financeiro deveriam incorporar medidas e políticas ambientais preventivas e reparadoras eficazes no desenvolvimento de seus projetos.

Entre nós, dispositivos legais previstos na Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938, de 1981) estabelecem expressamente que as entidades e os órgãos financiadores devem observar determinados requisitos ao concederem um financiamento, quais sejam: condicionar a aprovação ao licenciamento da atividade e ao cumprimento das normas, critérios e padrões expedidos pelo Conama. Ademais, ao poluidor direto ou indireto é imputada a responsabilidade pela reparação da integralidade dos danos causados ao meio ambiente e aos terceiros afetados por sua atividade, independentemente da existência de culpa. Assim, na tentativa de responsabilizar as instituições financeiras sobre os danos causados pelas atividades que financiavam, em 1995, o governo federal, junto com os principais bancos públicos federais brasileiros, sob a liderança do BNDES, se reuniram a fim de compatibilizar as políticas econômicas e ambientais rumo ao desenvolvimento sustentável, assinando, assim, o Protocolo Verde. Esta Carta de Princípios para o Desenvolvimento Sustentável foi assinada, inicialmente, por bancos controlados pelo governo federal: BNDES, Bando do Brasil, Caixa econômica Federal, Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia, que assumiram o compromisso de incorporar a dimensão ambiental no seu sistema de análise e avaliação de projetos, e de priorizar ações de apoio ao desenvolvimento sustentável. Outros

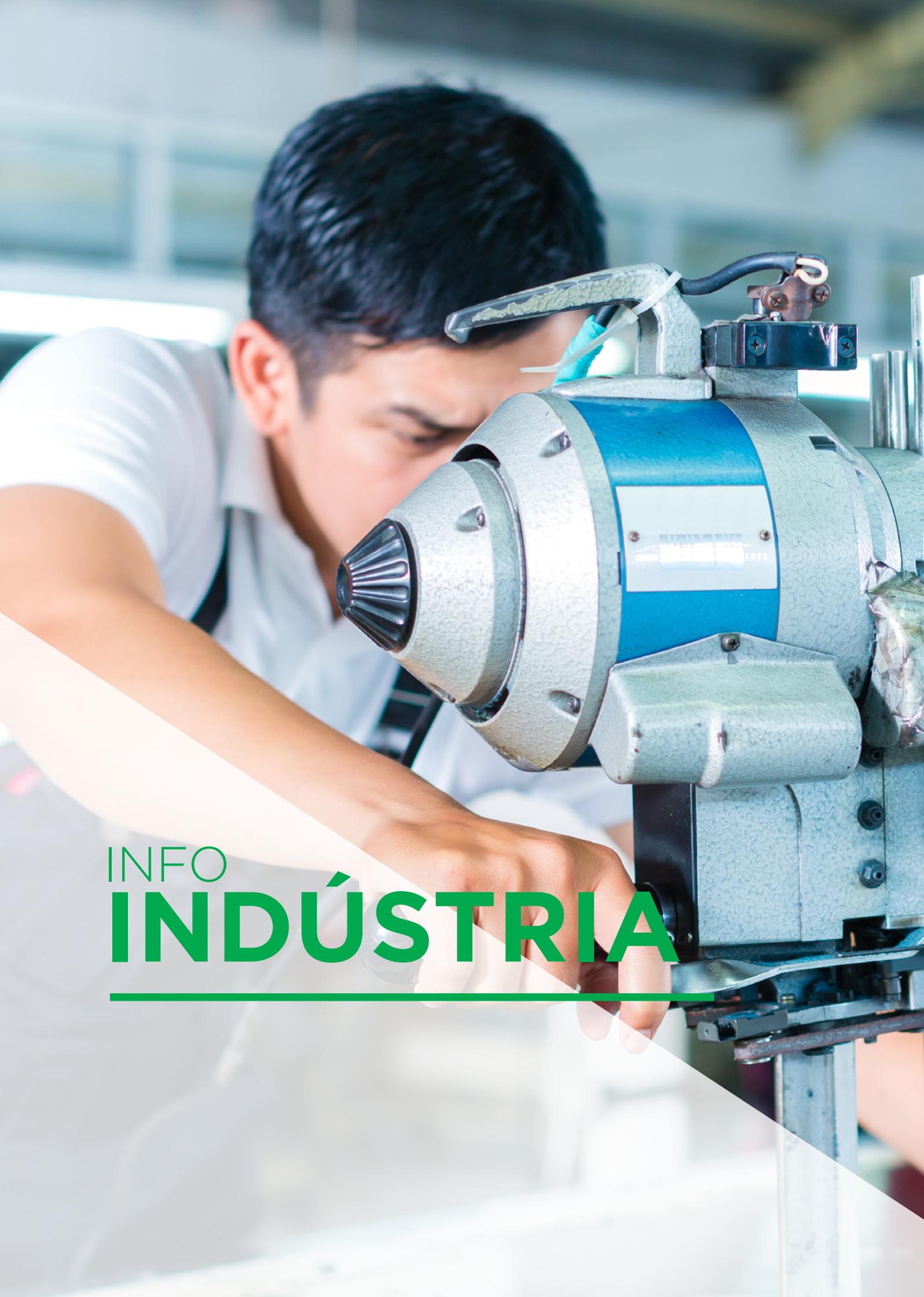


bancos privados aderiram ao protocolo posteriormente, como Bradesco, Cacique, Citibank, HSBC, Itaú Unibanco, Safra e Santander.

Considera-se, porém, que a responsabilidade objetiva dos financiadores, por danos causados ao ambiente, só veio a se consolidar entre os tribunais quando o Superior Tribunal de Justiça (STJ), no julgamento de um recurso especial, manifestou-se no sentido de que, uma vez constatado o nexo causal entre a ação e a omissão do agente com o dano ambiental, surgirá, objetivamente, o dever de promover a recuperação da área afetada, bem como de reparar eventuais danos remanescentes. A decisão considera que para o fim de apuração do nexo de causalidade do dano ambiental, equiparam-se: “quem faz, quem não faz quando deveria fazer, quem deixa fazer, quem não se importa que façam, quem financia para que façam, e quem se beneficia quando outros fazem”.

De acordo com a Resolução nº 4.327, a PRSA deverá contar com um diretor responsável por seu cumprimento, bem como ser devidamente formalizada e ter assegurada a sua divulgação interna e externa. Além disso, a documentação relativa à PRSA deverá permanecer à disposição do Bacen. Segundo a resolução, o prazo para aprovação da PRSA e de seu respectivo plano de ação deverá ocorrer até 28 de fevereiro de 2015 por parte das instituições obrigadas a implementar o processo interno de avaliação da adequação de capital, e até 31 de julho de 2015 pelas demais instituições. Telma Bartholomeu e Marcella Regis Santos são associadas do Aidar SBZ Advogados.

Por Telma Bartholomeu e Marcella Regis Santos  
Valor Econômico – 23/06/2014



INFO

# INDÚSTRIA

---

## O país do negócio futebol subaproveitado

Especialistas apontam que o Brasil, sede da Copa, está longe de atingir seu pleno potencial do esporte na economia

O Brasil vive a febre da Copa do Mundo, que voltou a ser realizada no País após 64 anos. Na preparação para o Mundial, falou-se muito em legado, mas nesse debate o foco esteve no aproveitamento posterior dos 12 modernos estádios construídos ou reformados para o torneio e na melhoria da infraestrutura das cidades que sediam as partidas. Uma questão ainda precisa ser melhor discutida: a Copa pode ser um ponto de partida para a modernização do futebol brasileiro, de forma que ele seja competitivo em relação às principais ligas da Europa e aumente sua contribuição para a economia nacional?

Especialistas acreditam que a influência do esporte mais amado do Brasil no PIB está aquém do que poderia atingir. Segundo estimativa da consultoria Pluri, de Curitiba, em 2011 os esportes representaram 1,6% do PIB nacional, algo em torno de R\$ 67 bilhões. Esse montante diz respeito a valores movimentados diretamente por clubes e entidades desportivas, marketing, mídia, vestuário, serviços e outros itens, e também a impactos indiretos em outros setores importantes da economia, como alimentação, transportes e hotelaria. Em outros países, segundo a Pluri, os esportes tiveram um peso maior no PIB naquele ano: nos Estados Unidos, o setor chegou a uma participação de 2,1% em 2011; na Inglaterra, 1,8%; na Austrália, 2,3%; e na Nova Zelândia, 2,8%.

O futebol foi responsável por mais da metade do PIB esportivo do Brasil em 2011, ao atingir R\$ 36 bilhões. A Pluri aponta que a economia do setor de esportes vem aumentando acima do PIB geral no Brasil, e pode chegar a 1,9% de participação em 2016. Um dos principais responsáveis por esse fenômeno é o futebol: o faturamento dos 20 maiores clubes brasileiros teve uma média de crescimento de 12,3% por ano entre 2007 e 2011.

Marcelo Risso, consultor em marketing esportivo, acredita que o momento é de despertar para uma gestão mais profissional no futebol do Brasil, mas ainda há muito a ser aperfeiçoado. “Pelo que o futebol representa no Brasil, a participação (do setor na economia) é muito pequena ainda. Isso acontece em razão do amadorismo na gestão do futebol no País. Agora ele está começando a ser administrado por especialistas, há algumas iniciativas isoladas. Mas na maioria dos casos o futebol ainda é gerido pelos apaixonados, que nem sempre veem o esporte como indústria, do ponto de vista de uma empresa, e as receitas acabam sendo menores

que as despesas. Há poucas fontes de renda: patrocínio, bilheteria e TV. Muitos clubes vivem principalmente das cotas de televisão”, critica. Um estudo apresentado no ano passado pela área de projetos da Fundação Getúlio Vargas (FGV Projetos) estimou que o valor gerado diretamente pela cadeia produtiva do futebol no País em 2009 poderia ter sido cinco vezes maior se os clubes brasileiros adotassem padrões de gestão e rentabilidade comparáveis aos das agremiações europeias. A análise cita os quatro maiores entraves para que o futebol local atinja esses patamares: insuficiente exploração e desenvolvimento do potencial econômico dos principais clubes e competições; geração tímida de receitas de estádios, que sofrem com baixas taxas de ocupação e valor agregado da visita muito aquém do potencial; aproveitamento pequeno do potencial “exportador” do futebol brasileiro, devido à incapacidade dos clubes nacionais de desenvolver e reter talentos; e reduzida geração de renda e emprego de baixa qualidade por parte dos clubes menores. “Evidencia-se uma transição não concluída. De um lado, está em questão um modelo de gestão dos clubes que não se adequa às necessidades de um esporte profissional de nível mundial como o futebol brasileiro. De outro, não predominam ainda práticas de administração que reconheçam o futebol como grande vocação econômica nos seus diversos aspectos”, descrevem os pesquisadores Fernando Blumenschein e Diego Navarro, autores do estudo.

Folha São Paulo – 23/06/2014

### CONFIRA

#### Participação dos esportes no PIB (2011)



\* O futebol tinha peso de 53% do total, ou 0,8% do PIB

Fonte: Pluri Consultoria

Folha Arte

## Custo Brasil deixa produto nacional 33% mais caro que importado em 2013 mostra estudo do Decomtec

Pesquisa atualizada da Fiesp compara preços internos de produtos da indústria brasileira com produtos importados de países parceiros, emergentes e desenvolvidos

O chamado Custo Brasil, termo que se refere ao conjunto de entraves estruturais que encarecem a produção industrial local, contribuiu para que mercadorias produzidas pelo setor manufatureiro brasileiro ficassem 33,7% mais caras que produtos importados de países parceiros, ou seja, nações como a Alemanha, Argentina, Chile, França, e outras, que corresponderam a mais de 70% da pauta de importados no ano passado.

Os dados fazem parte da versão atualizada da pesquisa Custo Brasil e a Taxa de Câmbio na Indústria de Transformação 2013, elaborada pelo Departamento de Competitividade e Tecnologia (Decomtec) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Descontando efeitos como a valorização cambial, o Custo Brasil encareceu os produtos produzidos por indústrias brasileiras em 23,4% com relação aos produtos importados dos países parceiros.

No relatório da nova pesquisa, o Decomtec listou algumas razões pelas quais a valorização cambial prejudica a expansão da indústria e, conseqüentemente da economia.

“A valorização cambial provoca redução do preço de produtos importados, tal redução é mais significativa que a

ocorrida no custo de produção da indústria de transformação nacional, uma vez que a maior parte da sua estrutura de custos é insensível a variações da taxa de câmbio”, apontou o estudo. Segundo o Decomtec, a apreciação do Real ainda desestimula o investimento “produtivo no mercado interno”. Na comparação com os países desenvolvidos, o diferencial de preços para um produto produzido no Brasil para um produto importado é de 29,9%. No caso dos emergentes, o diferencial do custo é de 36,9%.

### Em relação à China

A pesquisa apurou ainda que o custo de produto manufaturado no Brasil é 32,3% superior ao custo de uma mercadoria da China. O Departamento de Competitividade e Tecnologia da Fiesp concluiu que as alíquotas do imposto de importação são “insuficientes” para derrubar a desvantagem de competição da indústria de transformação brasileira. “O Custo Brasil e a valorização cambial explicam o fraco desempenho da indústria de transformação, repercutindo em baixo nível de investimento e crescimento do PIB, muito aquém do necessário para o desenvolvimento da nação”, informou o estudo. “A análise comprova que as deficiências do ambiente de negócios não podem ser compensadas por melhorias nas estratégias empresariais”.

Por Alice Assunção  
Agência Indusnet Fiesp – 06/06/2014

---

## Governo estuda garantia para crédito a pequeno exportador

De acordo com Ricardo Fernandes Paixão, analista responsável pelo financiamento à exportação no Departamento de Competitividade Exportadora da Secretaria de Comércio Exterior do MDIC, a carta de crédito exigida para o financiamento pelo Programa de Apoio às Exportações (Proex), por exemplo, “é um pesadelo para o pequeno empresário” brasileiro.

“Nós [MDIC] já verificamos que o custo para crédito no PROEX, abaixo de R\$ 20 milhões não é vantajosa, pelas taxas pagas. Nós estamos vendo como solucionar isso”, afirmou o analista ontem, durante encontro com empresários e especialistas realizado pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (Ibef-SP), com o tema “Políticas Públicas de Apoio Financeiro a Exportação”. Ricardo Paixão lembrou que os pequenos exportadores podem contar com o Seguro de Crédito à Exportação (SCE), reformulada recentemente, como garantia para crédito de curto prazo concedido por bancos, “mais utilizados por esses negócios”. “A ideia agora é que flexibilizações [de linhas ou garantias] sejam feitas com mais frequência para atender todos os segmentos inclusive de menor porte.”

De acordo com a Secretária de Assuntos Internacionais (Sain) da Fazenda, o Seguro de Crédito à Exportação para micro, pequenas e médias empresas é concedido em operações de exportação de bens e/ou serviços com prazo de financiamento da comercialização de até dois anos. Podem requisitar o seguro, negócios com faturamento anual de até R\$ 90 milhões e com exportações de até US\$ 1 milhão. No ano passado, 14.199 empresas exportaram até US\$ 1 milhão, totalizando US\$ 2,2 bilhões em exportações. Para a secretária, esse é o universo potencial de empresas a serem atendidas.

Outro meio que o pequeno ou médio exportador poderá conseguir garantias do próprio governo para captar financiamentos será com o Fundo Garantidor de Operações de Comércio Exterior (FGCE) - administrado pela Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF) -, que ainda não entrou em operação. “A ideia do governo com esse fundo é que ele dê mais provimento de financiamentos e dê mais garantias, com isso, otimiza o

uso dos recursos públicos. É a maneira pela qual um país civilizado funciona”, afirmou o representante do MDIC, sem apontar quanto será o reforço para os negócios menores. O fundo terá capital de R\$ 14 bilhões.

Para o economista Luiz Calado, vice-presidente do Ibef-SP e diretor da BRAiN - Brasil Investimentos & Negócios, o lançamento do Programa Portal Único de Comércio Exterior, realizado ontem, também deve estimular o pequeno exportador, ou ajudar o fornecedor de uma exportadora. “O portal reduz o tempo e o número de processos no comércio exterior, e só nisso já reduz custo associado a funcionários. Do contrário, o empresário precisa contratar uma assessoria para atender o trâmite burocrático”, disse ao DCI, durante o evento.

De acordo com a Receita Federal, o programa vai unificar todos os sistemas dos órgãos envolvidos nos processos de exportação e importação no País e simplificar as operações de compra e venda de bens. A meta final do programa é reduzir o prazo de exportação de 13 para oito dias e o prazo de importação de 17 para dez dias. No primeiro momento estarão envolvidos o MDIC e a Receita, depois serão incluídos os outros órgãos ligados ao comércio exterior, como a Anvisa. Coordenado pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) e pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, o portal vai permitir que as empresas apresentem as informações uma única vez aos órgãos federais. Com isso, o governo estima que a economia anual dessas empresas que trabalham no comércio exterior poderá superar R\$ 50 bilhões. “A meta é que, com um único expediente eletrônico, diminua o prazo dos trâmites burocráticos pela metade, aproximadamente. Para as empresas, isso significa redução de custos e aumento da competitividade”, ressaltou o ministro da Fazenda, Guido Mantega, ao divulgar o portal.

Por Fernanda Bompan | De São Paulo  
DCI - 24/04/2014

---

## Integração garante mais produtividade às MPes

Trabalhar em cadeia para que todos lucrem não é mais teoria, virou realidade para nada menos do que 19 mil negócios e 60 companhias de grande porte, as chamadas âncoras, participantes de 116 projetos integrantes do Programa Encadeamento Produtivo do Sebrae.

O processo, que deu os primeiros passos na década de 90, ganhou força a partir de 2004, estima negócios da ordem de R\$ 4,5 bilhões entre os parceiros e ganhos incontestáveis na qualificação e produtividade dos pequenos.

De acordo com a pesquisa 2014: Encadeamento Produtivo, recém-divulgada pelo Sebrae, entre as pequenas empresas o aumento médio no faturamento foi de 34%, a lucratividade cresceu 26% e a produtividade 49%. Para 90% das grandes companhias, a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pelas pequenas aumentou 20% dos casos os prazos de entrega foram reduzidos, gerando maior produtividade. Na pesquisa, um terço dos pequenos empresários revelou que após receberem as consultorias técnicas sobre planejamento, finanças, inovação, marketing organizacional e logística, as reclamações das grandes empresas diminuíram. E para 60% das âncoras, a presteza e a flexibilidade das pequenas para atender a suas necessidades emergenciais melhoraram, assim como a atualização tecnológica e o impacto no meio ambiente das operações.

“O encadeamento produtivo permite o crescimento de empresas locais podendo até mesmo torná-las exportadoras, além de viabilizar a redução das importações das grandes companhias”, avalia Luiz Barretto, presidente do Sebrae Nacional. “Existe ainda muito desconhecimento de que pequenos e grandes podem ter papéis complementares, desde que haja preparação para isso.”

O programa Encadeamento Produtivo do Sebrae identifica as demandas de mercado das grandes companhias - que tipo de produto ou serviço podem comprar de pequenas empresas, ou distribuir e vender por meio delas - e avalia os requisitos de qualidade, prazo e certificações técnicas exigidas.

Em seguida, a entidade faz um diagnóstico das pequenas empresas envolvidas naquela cadeia produtiva e promove o seu desenvolvimento, por meio de consultorias técnicas nas áreas de planejamento, finanças, inovação, marketing organizacional e logística, a fim de que as MPes possam

atender aos requisitos e fazer negócios com as grandes.

Os projetos trabalham cinco focos estratégicos: redes de aprendizagem, inteligência competitiva, políticas corporativas, desenvolvimento dos pequenos negócios e acesso a mercados. Barretto ressalta que não se trata de preparação para as pequenas se tornarem dependentes de uma única grande empresa, mas de levar o pequeno empreendimento a ser mais competitivo e poder disputar novos mercados.

“O fundamental é que essa melhoria de gestão amplia o mercado das MPes e, ao mesmo tempo, oferece às grandes companhias uma gama de fornecedores e distribuidores mais qualificados”, afirma Barretto. “Trata-se de um círculo virtuoso para toda a economia.”

Foi em busca desse círculo virtuoso que a francesa L’Oréal, gigante da beleza internacional, decidiu criar projetos para qualificação da cadeia produtiva e profissionalização de boa parte dos 500 mil salões espalhados por todo o país. “O Brasil é o sexto mercado para a marca, uma das oito regionais, e há tempos temos trabalhado nossa cadeia de valor em três vertentes: reconhecimento dos profissionais do setor, profissionalização de distribuidores e orientação de uso dos produtos profissionais no Instituto L’Oréal”, afirma Patrick Sabatier, responsável pela marca no Brasil. Em parceria com o Sebrae estão sendo capacitados e formados micro distribuidores em comunidades carentes, onde estão instalados centenas de pequenos salões de beleza. Já são 50 em atividade nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, a meta é expandir o modelo para todo o Brasil. Trabalhar em parceria a fim de qualificar toda a cadeia de fornecedores não é privilégio das MPes brasileiras. Na América Latina o modelo é bem-sucedido, conforme destaca Christin Pfeiffer, da Rede Internacional para Pequenos Negócios (INSME). Como exemplo, ela cita o projeto PNUD, no México, encerrado em 2011, após oito anos de trabalho. “Foram investidos US\$ 5 milhões na formação de oito plataformas digitais de novos fornecedores, compostas por 461 pequenas empresas, distribuídas em 22 Estados”, diz a executiva. “Nos primeiros anos, as vendas cresceram 11,6%, o que prova que o modelo é vitorioso.” Na visão de Jorge Gerdau, da Gerdau, faz parte do trabalho das grandes companhias potencializar o crescimento educacional das MPes e atuar em favor de sua cadeia de fornecedores. “O efeito multiplicador é muito grande, desde que se façam processos claros e direcionados

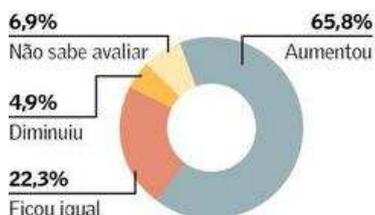
a cada elo da cadeia”, afirma Gerdau, observando que hoje o grupo conta com 120 clientes. Para atendê-los com o mesmo padrão, a companhia dissemina seus processos de parceria e capacitação da cadeia produtiva, com ênfase na adoção de padrões de qualidade, melhoria de gestão, medição de resultados e ganhos de produtividade. Os processos são aplicados nos mais diferentes segmentos e cenários. A pesquisa do Sebrae revelou que grande parte dos entrevistados (41,9%) concluiu a implementação do processo de reciclagem ou está em andamento, 14,6% dos pequenos já realizavam processos de reciclagem e outros 37,2% ainda precisam dar o pontapé inicial.

Valor Econômico – 30/05/2014

## Negócios em cadeia

Impacto das vendas para empresas maiores

### O que aconteceu com o faturamento

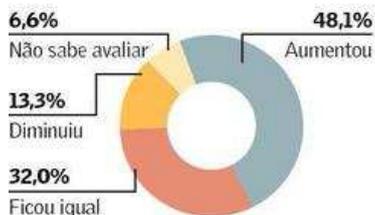


### Percentual de aumento do faturamento

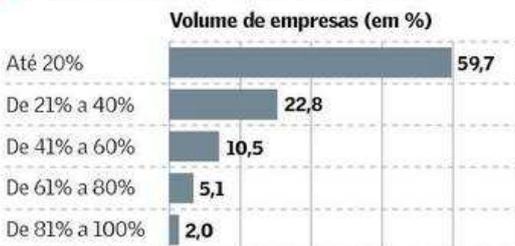


**65,8%** das empresas aumentaram o faturamento bruto após vender para as médias e grandes empresas

### O que aconteceu com a lucratividade

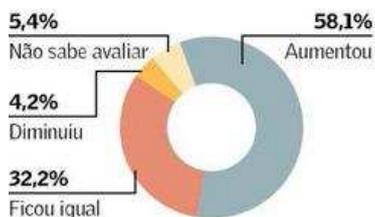


### Percentual de aumento da lucratividade

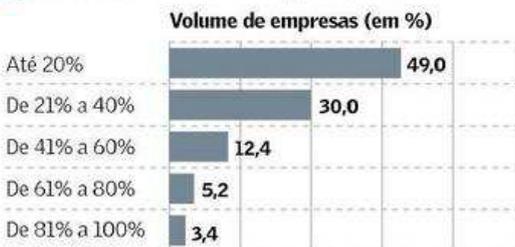


**48,1%** das empresas tiveram aumento da lucratividade após comprar e vender para médias e grandes empresas

### O que aconteceu com a produtividade



### Percentual de aumento da produtividade



**58,1%** das empresas registraram aumento de produtividade

## Governo busca acelerar o comércio exterior

Portal Único, lançado ontem, vai reduzir para oito dias o processo de exportação e para dez dias o de importação

O governo federal pretende reduzir em cerca de 40% o tempo que um empresário leva para importar e exportar mercadorias no País até 2017. No caso das exportações, o objetivo é diminuir de 13 para oito dias o prazo máximo de duração do processo de autorização. Já nas importações, a meta é reduzir de 17 para dez dias o tempo para o desembarço da mercadoria na alfândega. A meta foi anunciada ontem com o lançamento do Portal Único de Comércio Exterior pelos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e da Fazenda. A ideia do programa é colocar num único sistema todas as informações sobre as mercadorias, simplificando o processo de liberação na alfândega e reduzindo a burocracia. Atualmente, há sete sistemas federais diferentes que o exportador utiliza, além de outros programas locais, como os usados nos portos de Santos (SP) e Paranaguá (PR). Essa facilidade, contudo, só deve estar disponível daqui a dois anos. Até lá, o Siscomex, como é chamado, permitirá apenas que se possa acompanhar em uma única janela o andamento dos trâmites de liberação das mercadorias pelos diferentes órgãos do governo. Os prazos estipulados são mais elásticos do que os anunciados inicialmente. Mas, se alcançados, colocarão o Brasil na média mundial, que hoje é de 11 dias para exportação e dez dias para importação, segundo o

Banco Mundial. “É um novo marco para a modernização do comércio exterior. Com o novo portal, teremos condição de dar grandes avanços em termos de escala”, afirmou o titular do MDIC, Mauro Borges. Segundo ele, o programa deve gerar uma economia de cerca de R\$ 50 bilhões ao ano para as empresas. O cálculo foi feito a partir da estimativa de que, a cada dia de atraso no processo alfandegário, perde-se 0,8% do valor da mercadoria. Para o ministro da Fazenda, Guido Mantega, o sistema irá ajudar a indústria brasileira, “uma das mais sacrificadas” com a crise financeira de 2008. “Hoje, temos um conjunto grande de órgãos que cuidam dessas questões. É uma redução significativa do tempo utilizado e da burocracia. Haverá redução de custo, aumento da eficiência e da competitividade do sistema de comércio exterior”. O programa começou a ser elaborado pela Receita Federal ainda em 2012 e contou com a participação do MDIC e da CNI. Com seu lançamento, o Brasil avança no acordo firmado entre os países da OMC (Organização Mundial do Comércio) em Bali, em dezembro do ano passado. “No acordo de facilitação existe uma obrigação específica sobre janela única. Agora, nosso projeto é bem mais amplo. Por meio do programa Portal Único, pretendemos adotar e cumprir 13 das obrigações (estipuladas em Bali)”, afirmou o secretário de Comércio Exterior, Daniel Godinho.

FONTE  
FONTE



A person is shown from behind, holding a notepad and a pen, in a blurred office environment. The notepad is white with a light blue top border. The person's hands are in the foreground, holding the notepad and a black pen. The background shows other people and office equipment, all out of focus.

INFO  
**NOTÍCIAS**

---

## Fiesp, Sesi-SP e Senai-SP participam de Feira Internacional de Alimentação Fora do Lar

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o Serviço Social da Indústria de São Paulo (Sesi-SP) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de São Paulo (Senai-SP) participam da 30ª Feira Internacional de Produtos e Serviços para a Alimentação Fora do Lar com palestras gratuitas organizadas em seus estandes durante a mostra, de 24 a 27 de junho, no Expo Center Norte.

O Departamento de Micro, Pequena e Média Indústria (Dempi) da federação participa do evento com um ciclo de palestras gratuitas organizadas em seu estande. “Temos atuado na capacitação empresarial de dirigentes e colaboradores das empresas e esta parceria fortalece ainda mais a nossa missão de levar conteúdo e informação atualizada para melhoria de gestão dos negócios das pequenas e médias indústrias”, afirma o diretor-titular do Dempi, Milton Bogus.

Já o Sesi-SP e o Senai-SP devem apresentar palestras sobre alimentos nos quatro dias de exposição. Os temas serão apresentados por especialistas das duas instituições.

Este ano, o Senai-SP deve apresentar palestras sobre cookies, alfajores e chocolates e suas aplicações às 14h e às 17h durante os quatro dias de exposição. Já o Sesi-SP deve fazer exposições sobre vitaminas a partir da castanha do Brasil e demonstrar receitas de bruschetta de casca de abóbora.

Há 30 anos a Fispal Food Service reúne mais de 60 mil profissionais de alimentos e apresenta as novidades em equipamentos, acessórios, embalagens, produtos e em serviços para a cadeia da alimentação de rua: restaurantes, bares, pizzarias, padarias, buffets, cafeterias e hotéis. O encontro anual também reúne distribuidores e lojistas do segmento.

Agência Indusnet Fiesp  
16/06/2014

# INFO NOTÍCIAS

---

## Começam as inscrições para o Prêmio MPE Brasil 2014

Estão abertas as inscrições para o Prêmio MPE Brasil 2014. Promovida pelo Sebrae Nacional, Movimento Brasil Competitivo (MBC) e Gerdau, com apoio técnico da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), a premiação reconhece as micro e pequenas empresas que investem em boas práticas de gestão. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas até 1º de agosto pelo site [www.premiompe.sebrae.com.br](http://www.premiompe.sebrae.com.br) ou nos pontos de atendimento do Sebrae espalhados pelo país.

Podem se inscrever empreendimentos com receita bruta anual de até R\$ 3,6 milhões. As empresas irão concorrer em oito categorias (Indústria, Comércio, Agronegócio, Turismo, Tecnologia da Informação, Saúde, Educação e Serviços, além dos destaques em Responsabilidade Social e Inovação).

Para participar, é preciso preencher o questionário de autoavaliação. Após concluir o processo, as organizações com melhor desempenho recebem a visita de avaliadores capacitados e são submetidas a uma banca técnica. As empresas são avaliadas pela qualidade da administração e capacidade inovadora, por meio da utilização do questionário de autoavaliação, tendo como base o Modelo de Excelência da Gestão (MEG), da FNQ.

Além de receber um relatório personalizado com pontos fortes e a indicação de oportunidades de melhoria na gestão,

os empreendimentos inscritos participam de seminários de excelência realizados em seu estado e têm a oportunidade de aumentar a competitividade e melhorar seus produtos e serviços, contribuindo para o desenvolvimento econômico da sua comunidade.

Os vencedores estaduais ganharão troféu, certificado, direito de uso do selo da premiação e irão para Brasília disputar a etapa nacional. Se ganharem a etapa nacional receberão participarão de uma missão técnica e ainda receberão um relatório de avaliação com os pontos fortes da empresa e as oportunidades de melhoria.

Na última edição da premiação foram mais de 93 mil inscritos em todo o país. Em Minas Gerais foram quase 7 mil micro e pequenas empresas inscritas. A Fazenda das Almas, de Cabo Verde, no Sul de Minas, venceu a etapa nacional na categoria Agronegócios. Em 2012, a Fazenda dos Patos, na Serra do Salitre, no Triângulo Mineiro, foi vencedora da mesma categoria. Prêmio MPE Brasil 2014 - Até 1º de agosto - Inscrições gratuitas: [www.premiompe.sebrae.com.br](http://www.premiompe.sebrae.com.br)

Gazeta do Oeste – 24/04/2014



# CALENDÁRIO DE EVENTOS GRATUITOS

---



10/07

Workshop Finanças  
Local: São Paulo



15/07

Seminário Marília  
Empreendedor  
Local: Marília



15 a 18/07

Fipan 2014 (palestras +  
atendimento de crédito)  
Local: Campinas



22/07

Palestra: Apoio Tecnológico à Con-  
servação e Restauo de Edifica-  
ções de Valor Histórico e Cultural  
Local: São Paulo



30/07

Sala de Crédito – Sede  
Local: Edifício sede Fiesp,  
Av. Paulista 1313 – 11º.andar



30/07

Palestra: Edificações  
Ecologicamente Sustentáveis  
Local: São Paulo

Para inscrições acesse o site da Fiesp no link:  
<http://www.fiesp.com.br/?temas=pequena-e-media-industria>



## Info-MPMIs

---

Informativo da micro, pequena e média indústria do Departamento da Micro, Pequena e Média Indústria – DEMPI – da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP.

Av. Paulista, 1313 – 5º Andar  
São Paulo - SP  
e-mail: [dempifiesp@fiesp.org.br](mailto:dempifiesp@fiesp.org.br)

---

Seja nosso seguidor no twitter: [@dempifiesp](https://twitter.com/dempifiesp)